



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRESIDÊNCIA

Ofício n. 1535/2015-PRES

Cuiabá, 28 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

**Ministro RICARDO LEWANDOWSKI**

Presidente Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Reportando-me à determinação contida nos autos do Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n. 0001627-78.2014.2.00.0000, informo a Vossa Excelência que o Representante desta Corte na Rede de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição é o Desembargador Juvenal Pereira da Silva, Coordenador do Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, e envio a composição do referido Comitê Gestor, bem como o Plano de Ação.

Respeitosamente,

  
Desembargador **PAULO DA CUNHA**,  
*Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.*



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

Ofício nº.002/2015/CMT

Cuiabá, 25 de setembro de 2015.

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Resolução 194/CNJ, e na determinação contida no Cumpridec n. 0001627-78.2014.2.00.0000, solicito a Vossa Excelência o encaminhamento de Ofício informando a **nova composição do Comitê Unificado** para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, bem como o **Plano de Ação** contendo as ações que estão sendo implementadas por este Comitê visando o aperfeiçoamento e efetividade dos serviços jurisdicionais.

Atenciosamente,

Desembargador **JUVENAL PEREIRA DA SILVA**

Ao

Exmo. Sr.

Desembargador **PAULO DA CUNHA**

DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

NESTA



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

### **APRESENTAÇÃO**

Com o objetivo precípuo de atender as Resoluções 194 e 195 do Conselho Nacional de Justiça, foi constituído pela Portaria n. 302/2014-PRES - com alterações pela Portaria n. 234/2015-PRES, o Comitê Regional que atuará na política de priorização orçamentária e de implementação de ações voltadas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais do primeiro grau.

Após a modificação trazida pela Portaria 234/2015-PRES, de 24/4/2015, que alterou o Coordenador Titular do Comitê Unificado, ficaram os seguinte componentes:

1. Desembargador Juvenal Pereira da Silva – Coordenador;
2. Juiz de Direito Geraldo Fernandes Fidelis Neto – membro escolhido pelo TJMT;
3. Juiz de Direito Anderson Gomes Junqueira – membro suplente escolhido pelo TJMT;



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

4. Juiz de Direito Bruno D'Oliveira Marques – indicado por votação pelos magistrados do primeiro grau;
5. Juíza de Direito Luciene Kelly Marciano – suplente indicada por votação pelos magistrados do primeiro grau;
6. Servidor Afonso Vitorino Maciel – indicado pelo TJMT;
7. Flávio de Paiva Pinto – suplente indicado pelo TJMT;
8. Servidora Gicelda Rosa Fernandes da Silva – indicada por votação direta pelos servidores do TJMT;
9. Servidor Fabison Miranda Cardoso – suplente indicado por votação direta pelos servidores do TJMT;
10. Juiz de Direito Eduardo Calmon de Almeida Cezar – indicado pela Associação Mato-Grossense de Magistrados – AMAM;
11. Servidora Elizangela Artman – indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso – SINJUSMAT;



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

12. Servidora Fabíola de Cássia Siquinelli - indicada pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso – SINDOJUS;

#### **DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO**

Os novos componentes do Comitê realizaram 3 (três) reuniões, sendo que na primeira foi apresentado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação o cronograma de implantação do PJE em todas as unidades judiciais deste Tribunal de Justiça – previsto para 2018. Houve, ainda, apresentação pela Coordenadoria de Infraestrutura do ranking de obras em andamento e previstas para o 1º Grau de Jurisdição.

Com as informações prestadas por aquelas Coordenadorias, aliado ao Planejamento Estratégico 2015-2020 deste Tribunal, o Comitê elegeu como principal linha de atuação a **Equalização da Força de Trabalho**, uma vez que nela foram constados os maiores desafios enfrentados por este Tribunal,



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

em atrair, valorizar e motivar os servidores e magistrados; ainda, em criar mecanismo eficaz de provimento e movimentação da carreira a propiciar uma eficiente prestação jurisdicional.

De início foi estabelecido um plano de ação, para levantamento da força de trabalho de 1º e 2º grau de cada unidade/vara, reunindo informações quanto ao número de servidores efetivos, comissionados, estagiários, contratados temporariamente e credenciados; após a consolidação desses dados será realizado o diagnóstico e o plano tático e operacional, para solucionarmos os problemas que dificultam a equalização da força de trabalho.

Com relação ao **Alinhamento ao Planejamento Estratégico**, atendendo aos macrodesafios estabelecidos na Resolução n. 198/2014, do Conselho Nacional de Justiça, grande parte dos projetos priorizados pelo Plano Estratégico 2015-2020/PJMT, visa o aprimoramento do primeiro grau de jurisdição, dentre eles destacamos:



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

1. Humanização no trabalho para Servidores e Magistrados;
2. Reconhecimento e incentivo de Servidores e Magistrados;
3. Reestruturação e aprimoramento da comunicação interna do PJMT;
4. Ampliação dos centros judiciários de solução de conflitos e justiça comunitária;
5. Implementação de Orçamento matricial no PJMT;
6. Implementação da Gestão por Competência;
7. Implementação da Política de capacitação alinhada à matriz de competências;
8. Revisão do Plano de Cargos e Carreira do Poder Judiciário;
9. Plano diretor de obras;
10. Plano de manutenção predial;
11. Redução da taxa de congestionamento no 1º Grau;
12. Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º Grau.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

**PLANO DE AÇÃO DO COMITÊ UNIFICADO PARA ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO - PJMT.**

<b>Objetivo Estratégico:</b>	<b>Aperfeiçoamento da qualidade, celeridade e eficiência dos serviços judiciais da primeira instância. (Art. 1º Res.194 CNJ)</b>	<b>SETOR</b>	<b>PJMT</b>		
<b>Estratégia / Projeto:</b>	<b>COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU - RES. 194 e RES. 195.</b>				
<b>METAS (O QUE)</b>	<b>RESPONSÁVEL (QUEM)</b>	<b>PRAZO (QUANDO)</b>		<b>STATUS</b>	
		<b>INÍCIO</b>	<b>FIM</b>		
01	<b>Alinhamento ao Planejamento Estratégico</b> 1- Identificar os programas, projetos e ações do Planejamento Estratégico que atuam sob o objeto da resolução; 2- Validação dos indicadores e	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO	2015	2015	INICIADO





ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

	metas dos objetivos do Planejamento Estratégico.				
02	<b>Equalização da Força de Trabalho</b>	COORDENADORIA DE RH - CRH COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO - COPLAN	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
	Diagnóstico da força de trabalho de 1º e 2º grau, atividade meio e atividade fim (unidade/vara)	CRH	2015	2015	INICIADO
	Implementar Gestão por Competência.	CRH	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
	Política de capacitação permanente.	COORDENADORIA DE ESCOLA DE SERVIDORES	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

Reconhecimento e incentivo de servidores e magistrados.	CRH e COORDENADORIA DE MAGISTRADOS	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
Revisão dos mecanismos de provimento e movimentação de servidores e magistrados.	CRH e COORDENADORIA DE MAGISTRADOS	2015	2016	INICIADO
Revisão do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores.	COMITÊ GESTOR DO SDCR	2015	2017	INICIADO
Equalizar força de trabalho com base no número de processos em trâmite na Vara/Unidade judiciária, levando em consideração a implantação do PJE.	CRH e CORREGEDORIA DO TJMT	2015	2018	INICIADO
Realizar concurso para servidores em todas as unidades do PJMT	CRH e COMITÊ GESTOR DO SDCR	2015	2016	INICIADO



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

03	<b>Adequação orçamentária</b>	COPLAN			
	Realinhar os projetos prioritários do 1º grau à LDO e à LOA .	COPLAN	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
	Aprimoramento no processo de arrecadação do Fundo de Apoio ao Judiciário - Funajuris.	COORDENADORIA FINANCEIRA	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
04	<b>Infraestrutura e Tecnologia</b>	COORDENADORIAS DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
	Melhoria da infraestrutura, serviços e sistemas de TI	COORDENADORIA DE T.I.	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
	Aprimoramento da informatização dos processos judiciais	COORDENADORIA DE T.I.	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

	Identificar as unidades judiciárias que se encontram inadequadas para prestação e utilização do serviço jurisdicional.	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA	2015	2015	REALIZADO.
	Criar cronograma para realização das obras necessárias para adequação levando em consideração àquelas prioritárias.	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA	2015	2015	REALIZADO.
	Realizar ações para adequação das anomalias encontradas na infraestrutura das unidades jurisdicionais.	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
05	<b>Governança Colaborativa</b>	PRESIDÊNCIA	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
	Criação do Comitê Gestor Regional	TRIBUNAL PLENO	2014	2014	REALIZADO.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

	Planejamento Orçamentário realizado com participação dos representantes dos servidores e magistrados.	COPLAN	2014	2015	REALIZADO.
	Criação do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau.	PRESIDÊNCIA	2015	2015	REALIZADO.
	Reestruturação e Aprimoramento da comunicação Interna do PJMT	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
06	<b>Dialogo Social e Institucional</b>	PRESIDÊNCIA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO			
	Celebração de convênios visando à consecução das metas do Planejamento Estratégico.	PRESIDÊNCIA	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

	Parceria com veículos de comunicação para levar as notícias do judiciário à toda sociedade matogrossense de forma interativa, instituindo o "Judiciário Responde".		2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.
		COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO			
07	<b>Prevenção e Racionalização de Litígios</b>				
	Justiça ao seu alcance	PRESIDÊNCIA	2017	2018	A SER INICIADO
	Ampliação dos centros judiciários de solução de conflitos e justiça comunitária.	NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS	2015	2020	INICIADO.
08	<b>Estudos e pesquisa</b>				



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

	Revisão da Arquitetura Organizacional e Aprimoramento da Gestão de Portfólio e Projetos	PRESIDÊNCIA COPLAN	2015	2016	INICIADO.
09	<b>Formação Continuada</b>				
	Capacitação permanente de Juízes e Servidores	ESMAGIS e COORDENADORIA DA ESCOLA DOS SERVIDORES	2015	2020	INICIADO, ATIVIDADE CONTÍNUA E PERMANENTE.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Comitê Unificado para Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Dentre os trabalhos que já implementados pelo Comitê está a criação de um link no site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso - <http://www.tjmt.jus.br/institucional/C/40853#> , para dar publicidade às ações realizadas, bem como, foi disponibilizado o sublink “fale conosco”, no intuito de colher as sugestões dos servidores, magistrados, operadores do direito e dos usuários, em um intuito conjunto de buscar a melhoria e celeridade na prestação jurisdicional.

Sabemos que os caminhos a serem perfilhados são difíceis, mas a vontade de tornar o nosso Poder Judiciário mais acessível, célere e eficiente é o combustível suficiente para potencializarmos as nossas atitudes e concluirmos as nossas ações.





ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA n.º 302/2014-PRES**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução n. 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, em especial o seu art. 4º, que determina a constituição de Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política no âmbito de sua atuação;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução n. 195, de 03 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, que dispôs sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e deu outras providências, bem como a faculdade por ela conferida para criação de um único Comitê Gestor para a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Orçamentário de primeiro grau;

**CONSIDERANDO** a realização dos procedimentos de escolha e eleição, consoante determinados pelas resoluções acima citadas, nos autos de n. 0076568-89.2014;



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Constituir o Comitê Unificado do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso para desempenho das atribuições do Comitê Gestor para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução n. 194, e do Comitê Orçamentário de primeiro grau, criado pela Resolução n. 195.

**Art. 2º** - O Comitê Unificado terá a seguinte composição:

I – 1 (um) magistrado indicado pelo Tribunal de Justiça;

**Titular:** Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha,  
Coordenador.

**Suplente:** Desembargadora Clarice Claudino  
da Silva.

II – 1 (um) magistrado escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;

**Titular:** Juiz de Direito Geraldo Fernandes Fidelis Neto.

**Suplente:** Juiz de Direito Anderson Gomes Junqueira.

III – 1 (um) magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau, da respectiva jurisdição, a partir de lista de



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

inscrição;

**Titular:** Juiz de Direito Bruno D'Oliveira Marques.

**Suplente:** Juíza de Direito Luciene Kelly Marciano.

IV – 1 (um) servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados;

**Titular:** Afonso Vitorino Maciel.

**Suplente:** Flávio de Paiva Pinto.

V – 1 (um) servidor eleito por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição;

**Titular:** Gicelda Rosa Fernandes da Silva.

**Suplente:** Fabison Miranda Cardoso.

VI - magistrados e servidores indicados pelas respectivas associações, sem direito a voto.

**Titular:** Juiz de Direito Eduardo Calmon de Almeida Cezar, indicado pela Associação Mato-Grossense de Magistrados – AMAM.

**Titular:** Elizangela Artman, indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso – SINJUSMAT.

**Titular:** Fabíola de Cássia Siquinelli, indicada pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça de Justiça do Estado de Mato Grosso -



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SINDOJUS.

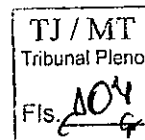
**Art. 3º** - O mandato dos membros será de dois anos, sendo permitida uma recondução.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

P. R. Cumpra-se.

Cuiabá, 14 de agosto de 2014.

Desembargador **ORLANDO DE ALMEIDA PERRI**  
*Presidente do Tribunal de Justiça*



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA Nº 478 /2014-PRES**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

**CONSIDERANDO** a solicitação do Exmo. Des. Carlos Alberto Alves da Rocha, Coordenador do Comitê Unificado do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, protocolada sob o n. 0160158-61.2014.811.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Convocar a Desembargadora Clarice Claudino, suplente do Comitê, para assumir a função de Coordenadora.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 01 de dezembro de 2014.

Desembargador **ORLANDO DE ALMEIDA PERRI**,  
Presidente do Tribunal de Justiça.



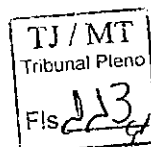
ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
TRIBUNAL PLENO

Enviado à Internet/DJE em: \_\_\_\_\_

Disponibilizado no DJE nº.: \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_

Publicado em: \_\_\_\_\_



PORTARIA N. 234, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a substituição de Coordenador do Comitê Unificado do Poder Judiciário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a decisão do E. Tribunal Pleno proferida na Sessão Ordinária Administrativa realizada em 16/4/2015, no Requerimento n. 0021944-56.2015.8.11.0000 interposto nos autos Diversos 40/2014 - CIA n. 0076568-89.2014.8.11.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria n. 478/2014-PRES, para substituir a Desembargadora CLARICE CLAUDINO DA SILVA, Coordenadora do Comitê Unificado do Poder Judiciário, pelo Desembargador JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
Desembargador PAULO DA CUNHA  
Presidente do Tribunal de Justiça